Decreto-Lei n.º 38:826

Tornando-se indispensável que o director da Biblioteca Popular de Lisboa seja habilitado a contratar um escriptorário de 2.^a classe por força da dotação para o efeito inscrita no n.º 2) do artigo 686.º, capítulo 3.º, do Orçamento Geral do Estado respeitante ao corrente ano económico;

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Enquanto não forem reorganizados os quadros do pessoal das bibliotecas e arquivos, poderá o Ministro da Educação Nacional autorizar que seja contratado além do quadro, por força da dotação espe-

cialmente inscrita no Orçamento Geral do Estado, um escriptorário de 2.^a classe para prestar serviço na Biblioteca Popular de Lisboa.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Virissimo Cunha* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.